

Revista **a** **EVOLUÇÃO**

MULHER
TODOS OS DIAS



Filada à:
ABEC
BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos



INTERNACIONAL
STANDARD
SERIAL
NUMBER
INTERNATIONAL CENTRE



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano V - nº 50 - Março de 2024

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Vilma Maria da Silva

Andreia Fernandes de Souza

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Adriana Pereira Santos da Silva
Amanda Campos Martins Miranda
Anderson da Silva Brito
André Alves de Albuquerque
Andressa Talita de Lara
Angelita Aparecida Ferreira Gebin
Beatriz Faria de Castro
Cibele Vieira dos Santos Alves
Daniel Leopoldo Moreira Barbosa
Daniela Proença Verly da Silva
Dinah Luísa da Silva
Eriene Gomes da Silva
Ester de Paula Oliveira

Iolanda Aparecida dos Santos
Letícia Zuza de Lima Cabral
Luciana Pereira dos Santos Martins
Lucimara dos Santos de Barros
Marcela Rodrigues Pimentel
Maria Aparecida Armandilha Nunes
Marilena Wackler
Mirella de Souza Cruz
Nilma Aparecida Gonçalves Bernardes
Rosinalva de Souza Lemes
Sidneia Viana
Vilma Cavalcante Sabino da Silva

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 5, n. 50 (mar. 2024). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2024. 198 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.50

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.50>



São Paulo | 2024

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Andreia Fernandes de Souza

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Isac Chateaufneuf

José Wilton dos Santos

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins

Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt

Profa. Esp. Ana Paula de Lima

Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza

Profa. Dra. Denise Mak

Prof. Dr. Isac Chateaufneuf

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins

Prof. Dr. Isac Chateaufneuf

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado

Vilma Maria da Silva

Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703

Whatsapp: 55(11) 99543-5703

primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)

netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)

https://primeiraevolucao.com.br

Imagens, fotos, vetores etc:

https://publicdomainvectors.org/

https://pixabay.com

https://www.pngwing.com

https://br.freepik.com

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.

A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

Filiada à:



Produzida com utilização de softwares livres



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 EDITORIAL

Antônio R. P. Medrado

06 POIESIS

MULHER, TODOS OS DIAS

ARTIGOS MULHER

- | | |
|---|-----|
| 1. COGNIÇÃO E DESENVOLVIMENTO MOTOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL
ADRIANA PEREIRA SANTOS DA SILVA | 7 |
| 2. TÉCNICAS CIRÚRGICAS DE CORREÇÃO PARA FISSURAS LABIOPALATAL
AMANDA CAMPOS MARTINS MIRANDA | 17 |
| 3. CONTRIBUIÇÕES PARA A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS
ANDERSON DA SILVA BRITO | 25 |
| 4. A IMPORTÂNCIA DO GESTOR ESCOLAR NO AEE E NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PAULISTA
ANDRÉ ALVES DE ALBUQUERQUE | 31 |
| 5. A PSICOPEDAGOGIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES DESDE A TENRA IDADE
ANDRESSA TALITA DE LARA | 37 |
| 6. DECOLONIALIDADE DO CURRÍCULO NA FORMAÇÃO ANTIRRACISTA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
ANGELITA APARECIDA FERREIRA GEBIN | 45 |
| 7. PARESTESIA DO NERVO ALVEOLAR INFERIOR PELA EXODONTIA DO TERCEIRO MOLAR
BEATRIZ FARIA DE CASTRO | 55 |
| 8. DIFICULDADE NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS
CIBELE VIEIRA DOS SANTOS ALVES | 67 |
| 9. O PAPEL DOS JOGOS DE TABULEIRO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DANIEL LEOPOLDO MOREIRA BARBOSA | 73 |
| 10. A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM TEA
DÂNIELA PROENÇA VERLY DA SILVA | 79 |
| 11. PROMOVEDO A EDUCAÇÃO INFANTIL NA ERA DIGITAL: IMPACTOS DA LEI Nº 14.533/2023
DINAH LUÍSA DA SILVA | 85 |
| 12. INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
ERILENE GOMES DA SILVA | 95 |
| 13. EMOÇÕES NO PROCESSO APRENDIZAGEM ESCOLAR
ESTER DE PAULA OLIVEIRA | 105 |
| 14. RACISMO INFANTIL: QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
IOLANDA APARECIDA DOS SANTOS | 113 |
| 15. ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS NAS TURMAS DAS SALAS DE PROJETO DE APOIO PEDAGÓGICO DA RMESP
LETÍCIA ZUZA DE LIMA CABRAL | 119 |
| 16. A INFLUÊNCIA DA LINGUAGEM MUSICAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL
LUCIANA PEREIRA DOS SANTOS MARTINS | 125 |
| 17. ESTRATÉGIAS PARA UM DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL
LUCIMARA DOS SANTOS DE BARROS | 137 |
| 18. A LUDICIDADE E A PSICOMOTRICIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
MARCELA RODRIGUES PIMENTEL | 145 |
| 19. A ARTE EDUCAÇÃO
MARIA APARECIDA ARMANDILHA NUNES | 151 |
| 20. A EVASÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19
MARILENA WACKLER | 157 |
| 21. APRENDIZAGEM HÍBRIDA: UMA ABORDAGEM INTEGRATIVA PARA O ENSINO CONTEMPORÂNEO
MIRELLA DE SOUZA CRUZ | 167 |
| 22. OS JOGOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS INTERFERÊNCIAS NA MATEMÁTICA
NILMA APARECIDA GONÇALVES BERNARDES | 173 |
| 23. ESTRATÉGIAS DE ENSINO ADAPTATIVAS PARA DIVERSOS ESTILOS DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL
ROSINALVA DE SOUZA LEMES | 179 |
| 24. A EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL E O DESENVOLVIMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL I
SIDNEIA VIANA | 185 |
| 25. A NEUROPSICOPEDAGOGIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR
VILMA CAVALCANTE SABINO DA SILVA | 191 |





PROMOVENDO A EDUCAÇÃO INFANTIL NA ERA DIGITAL: IMPACTOS DA LEI Nº 14.533/2023

DINAH LUÍSA DA SILVA¹

RESUMO

A Lei nº 14.533/2023 trouxe mudanças significativas para a educação infantil na era digital, instituindo a Política Nacional de Educação Digital e modificando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Este artigo analisa o impacto dessa legislação, destacando a revisão dos paradigmas educacionais, a promoção da qualidade e abrangência da educação infantil e os desafios e oportunidades associados à integração da tecnologia na educação. A nova lei reconhece essa importância, pois abre espaço para uma educação mais alinhada com as demandas da sociedade digital. No entanto, é substancial enfrentar questões como formação de professores e acesso equitativo à tecnologia para garantir uma implementação eficaz, principalmente com crianças pequenas. Desafiar os preconceitos contra o uso de mídias digitais na Educação Infantil requer a participação ativa de toda a comunidade escolar. As transformações provocadas pelas tecnologias demandarão tempo para serem plenamente aceitas pela sociedade, pois implicam uma mudança de mentalidade e a escola tem um papel fundamental em iniciar esse diálogo. Em resumo, a Lei nº 14.533/2023 representa um marco crucial na promoção de uma educação infantil mais inclusiva, inovadora e relevante para o mundo contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças; Formação; Tecnologia; Mudanças.

INTRODUÇÃO

Em 11 de janeiro de 2023, foi sancionada a Lei nº 14.533/2023, que estabelece a Política Nacional de Educação Digital - PNED. O objetivo desse direcionamento é fortalecer as políticas públicas relacionadas ao acesso da população brasileira a recursos, ferramentas e práticas digitais, com ênfase nas populações mais vulneráveis.

A Lei nº 14.533/2023 foi promulgada em resposta à necessidade percebida durante a pandemia de preencher lacunas na educação digital. A pandemia trouxe mudanças significativas à sociedade, especialmente na educação, exigiu adaptações nas abordagens de

ensino. A escassez de recursos tecnológicos e expertise para o ensino remoto representou um desafio, especialmente na Educação Infantil.

A negação do uso da tecnologia nas escolas é considerada retrógrada, dada a natureza das crianças do presente século têm a compreensão natural e intuitiva dessas tecnologias e frequentemente as utilizam de forma integrada em suas vidas cotidianas. A legislação instituiu a Política Nacional de Educação Digital (PNED), reconheceu a importância da tecnologia na educação e visou preparar os cidadãos para os desafios da era digital.

¹ Graduada em Letras pela Universidade Ibirapuera, UNIB e em Pedagogia pela Faculdade Paulista São José, FPSJ. Pós-graduada em AEE - Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade União Paulistana, FAUP. Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.

E-mail: dinahsilva.7393253@edu.sme.prefeitura.sp.gov.br.

A PNED é composta por quatro eixos: Inclusão Digital, Educação Digital Escolar, Capacitação e Especialização Digital, e Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação. Cada eixo busca promover competências digitais, integrar a educação digital nas escolas, capacitar para o mercado de trabalho e desenvolver tecnologias acessíveis.

O poder público é responsável pela implementação da PNED, com financiamento proveniente de diversas fontes, incluindo dotações orçamentárias e fundos específicos para apoiar iniciativas relacionadas à educação digital, isto é, as autoridades governamentais são encarregadas de garantir os recursos necessários para efetivar essa política de educação digital. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) para a educação infantil:

É um direito das crianças explorar uma ampla gama de experiências sensoriais, culturais e tecnológicas, tanto na escola quanto fora dela. Isso inclui a interação com movimentos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, relacionamentos, histórias e elementos da natureza, enriquecendo seus conhecimentos sobre a cultura em suas diversas formas. O uso da tecnologia nas atividades escolares visa modernizar o ensino, torná-lo mais atrativo e incentivar o envolvimento dos alunos (BNCC, 2017).

Destarte, a Lei nº 14.533/2023 foi instituída para lidar com as necessidades crescentes na área da educação digital, que ganharam destaque durante a pandemia. Isso resultou em uma revisão da forma como a educação digital é percebida, reconhecendo a importância das tecnologias que fazem parte do cotidiano das crianças desde muito cedo.

Autores como Buckingham (2007) enfatizam a mudança da infância na era digital e propõem compreender essas novas dinâmicas com base na autonomia e participação das crianças. No entanto, a incorporação de tecnologias na educação infantil enfrenta desafios, especialmente a necessidade de capacitação dos educadores.

Buckingham (2007) sugere uma "infância midiática", o autor destaca que as crianças

contemporâneas se transformaram, elas possuem uma competência que desafia a visão tradicional da infância como um período de passividade e vulnerabilidade para um momento que reconhece as habilidades das crianças, seus interesses e perspectivas próprias, e que são capazes de interagir de forma significativa com o mundo ao seu redor. Essa visão desafia a concepção de que as crianças devem ser protegidas e controladas, propondo uma abordagem mais inclusiva e respeitosa.

A tecnologia não representa necessariamente um aspecto negativo na vida da criança, como frequentemente é retratada. Pelo contrário, pode desempenhar um papel significativo na redefinição dos processos de aprendizagem infantil na era digital.

O estudo proposto busca explorar os objetivos, impactos e desafios da Lei nº 14.533/2023 na Educação Infantil na era digital, levantando questões sobre sua integração com a LDB 9394/96 e os desafios na implementação da Política Nacional de Educação Digital na Educação Infantil em uma época em que a infância está constantemente exposta a influências informacionais, a tecnologia pode complementar e ampliar o significado do brincar, proporcionando novas oportunidades de aprendizado e interação.

Cotonhoto e Rossetti (2018) destacam essa redefinição através das brincadeiras na infância como uma forma essencial de interação e desenvolvimento das crianças. Ele ressalta que, ao brincar, as crianças não apenas se divertem, mas também exploram sua cultura, valores e interagem com os outros, vivenciando experiências significativas em seu ambiente circundante.

As atividades digitais, assim como as brincadeiras tradicionais, proporcionam oportunidades para as crianças explorarem, aprenderem e interagirem com o mundo ao seu redor. Ao incorporarem tanto atividades digitais quanto tradicionais em suas práticas pedagógicas, os professores reconhecem o valor de ambas para o desenvolvimento integral das crianças na era digital.

A legislação visa promover uma visão positiva das tecnologias na educação, mas ainda há muito a ser feito na Educação Infantil. Prensky (2001) introduziu o conceito de "Nativos Digitais", enquanto Veem e Vrakking (2009) os chamam de "Homo Zappiens", ambos descrevendo crianças imersas na tecnologia desde o nascimento. Essas reflexões se alinham com a legislação educacional, que visa promover uma visão positiva das tecnologias na educação, ao mesmo tempo que reconhece os desafios específicos enfrentados na Educação Infantil.

A imersão das crianças na tecnologia desde cedo sugere uma compreensão natural das tecnologias digitais, o que influencia sua maneira de aprender e interagir com o mundo. Diante disso, os professores precisam se manter atualizados com esse novo formato de aprendizagem no qual os pequenos estão imersos. Contudo, a educação enfrenta o desafio não apenas de desempenhar esse papel, mas também de se adaptar às tecnologias. Sobre isso, Kenski nos diz: "esse é também o duplo desafio da educação: adaptar-se aos avanços das tecnologias e orientar o caminho de todos para o domínio e apropriação crítica desses novos meios" (KENSKI, 2008, p.18).

Para alcançar esse objetivo, são levantadas algumas questões: quais são os objetivos da referida lei e como ela visa promover a educação infantil na era digital? De que maneira a integração da Política Nacional de Educação Digital na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pode afetar os métodos de ensino e aprendizagem na Educação Infantil? Quais são os desafios e oportunidades apresentados pela implementação dessa política na Educação Infantil?

O estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza teórico-empírica, organizada em três eixos principais: os objetivos da Lei nº 14.533/2023 e sua relação com a promoção da educação infantil na era digital; o impacto da integração da política nacional de educação digital na LDB 9394/96 nos métodos de

ensino e aprendizagem na educação infantil; e os desafios e oportunidades na implementação da Política Nacional de Educação Digital na educação infantil.

EDUCAÇÃO INFANTIL NA ERA DIGITAL: LEI 14.533/2023

A "Era da Informação" ou "Era Digital" refere-se aos avanços tecnológicos da Terceira Revolução Industrial, caracterizada pela ampla disseminação e uso da tecnologia da informação e comunicação. Esses avanços transformaram significativamente a forma como as pessoas se comunicam, trabalham, aprendem e interagem, impactando diversos aspectos da sociedade, da economia à educação. que deram origem ao ciberespaço.

O ciberespaço, conforme descrito por Lévy (1998), é o universo das redes digitais onde ocorrem encontros, aventuras e conflitos globais, além de ser uma nova fronteira econômica e cultural. O autor também destaca que o ciberespaço está conectado a diversas formas de tecnologia que permitem criar, gravar, comunicar e simular, tornando-se um lugar de conhecimento, uma cidade de signos e um meio de comunicação e pensamento coletivo.

A partir das conceituações supracitadas, a Lei nº 14.533/2023 ressalta a relevância de incorporar tecnologias para melhorar o ensino, reconhecendo os educadores como elementos essenciais nesse processo. Desconsiderar essa transformação pode deixar as instituições educacionais desatualizadas, destacando a importância de integrar recursos digitais no cotidiano escolar. Aproveitar as vantagens da era digital, conforme previsto na legislação, pode aprimorar a eficácia e o atrativo da educação infantil, sem abolir a interação entre pessoas.

OBJETIVOS DA LEI Nº 14.533/2023 E PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ERA DIGITAL

A Lei 14533/2023 visa garantir a inclusão digital dos cidadãos, promovendo diversas

competências digitais, como letramento digital¹, informacional e aprendizagem computacional. Essa legislação busca estimular o pensamento tecnológico, desenvolver a cultura digital e garantir os direitos nesta área, além de promover o uso de recursos técnicos assistidos.

Através de treinamentos intensivos e programas específicos, a lei propõe uma aprendizagem prática e o domínio técnico das ferramentas digitais, capacitando os cidadãos a enfrentar os desafios do mundo digitalizado e promover a inclusão digital de forma ampla e eficaz. Diante dessa proposta, surge a necessidade de discutir o que significa ser competente digital e o que essa competência específica envolve.

Ser competente digital vai além do conhecimento básico de dispositivos e aplicativos digitais, englobando também a capacidade de analisar informações online, comunicar-se eficazmente, proteger a privacidade e utilizar tecnologias de forma ética. Essa habilidade é importante para uma participação cabal na sociedade contemporânea e para o sucesso pessoal e profissional na era digital.

No entanto, surgem preocupações sobre a eficácia da Lei 14533/2023, questionando se os cursos de imersão ou aporte teórico disponibilizados para fomentar esta competência, podem preencher completamente as lacunas na educação em relação ao uso das tecnologias digitais. É fundamental lembrar que o objetivo do desenvolvimento das tecnologias digitais educacionais é cultivar sujeitos críticos e analíticos em relação ao acesso e uso das informações digitais. Souza (2007, p.3) refere-se ao uso da tecnologia nas escolas como:

O uso da tecnologia nas escolas requer a formação, o envolvimento e o compromisso de todos os profissionais no processo educacional (educadores,

diretores, supervisores, coordenadores pedagógicos), no sentido de repensar o processo de informações para transmitir conhecimentos e aprendizagem para a sociedade (SOUZA, 2007).

Este segmento ressalta que a ascensão da era digital trouxe consigo um novo método de interpretação de conteúdo audiovisual, que não necessita obrigatoriamente da capacidade de leitura convencional. Gómez (2015) destaca a diferença substancial entre o mundo apresentado na tela e o da página escrita, exigindo do espectador uma abordagem intelectual, perceptiva, associativa e reativa particular.

Em resumo, compreender conteúdos apresentados em mídias audiovisuais, como vídeos e filmes, requer um conjunto distinto de habilidades cognitivas e perceptivas, que podem diferir daquelas necessárias para a leitura de textos escritos. Isso ressalta a importância de desenvolver estratégias específicas para uma compreensão efetiva de conteúdos audiovisuais na era digital.

Sabe-se que o progresso tecnológico é essencial, desde que seja usado com cautela para não prejudicar o desenvolvimento das habilidades das crianças, limitando-se a fornecer informações prontas. No contexto educacional, a influência da tecnologia pode ser uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento infantil, desde que haja uma mediação capacitada para promover a comunicação, o conhecimento, habilidades, curiosidade, atenção e reflexão.

Recursos tecnológicos como vídeos educativos e aplicativos podem estimular a criatividade das crianças, desde que seja compreendida a singularidade do pensamento infantil para utilizar esses recursos de forma eficaz como ferramentas pedagógicas.

1 Letramento digital refere-se à capacidade de ler e criar textos em contextos digitais, incluindo computadores, celulares e tablets, em plataformas como e-mails e redes sociais online.

Ferrari (2012) define as competências digitais como:

[...] um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, estratégias e sensibilização de que se precisa quando se utilizam as TICs e os meios digitais para realizar tarefas, resolver problemas, se comunicar, gerar informação, colaborar, criar e compartilhar conteúdo, construir conhecimento de maneira efetiva, eficiente, adequada de maneira crítica, criativa, autônoma, flexível, ética, reflexiva para o trabalho, o lazer, a participação, a aprendizagem, a socialização, o consumo e o empoderamento (FERRARI, 2012, p. 3-4, tradução da autora).

Silva (2019), destaca a importância de os pais monitorarem o uso das plataformas digitais por seus filhos, recomendando-se um limite de uma hora diária para crianças entre 2 e 5 anos, com a presença dos pais para mediação e supervisão dos conteúdos acessados. Reforçar entre os pais a necessidade desse acompanhamento é fundamental, evitando proibir o acesso a conteúdos enriquecedores. O uso adequado das Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDIC) na infância pode ser uma aliada no processo de ensino das crianças, tanto em casa quanto na escola (SILVA, 2019, p. 17).

As ferramentas disponíveis nas tecnologias oferecem vastas oportunidades para estimular a imaginação e a curiosidade das crianças, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da imaginação e a absorção de conteúdo de maneira lúdica. Com um controle adequado, o contato com a tecnologia permite que a criança desenvolva uma mente mais aberta e aumente sua capacidade de absorver informações sobre uma variedade de assuntos (SOUZA, 2019, p. 1587).

IMPACTOS DA INTEGRAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL NA LDB 9394/96 NOS MÉTODOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A integração da Política Nacional de Educação Digital (PNED) na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 pode transformar os métodos de ensino e aprendizagem na educação infantil. Com a diversificação dos métodos de ensino, os professores podem explorar novas abordagens pedagógicas, incorporando tecnologias digitais, como dispositivos eletrônicos, aplicativos educacionais, jogos interativos e recursos multimídia. Isso possibilita experiências de aprendizagem mais dinâmicas e envolventes para as crianças, permitindo que explorem conceitos de forma interativa e participativa. Johnson (2001, p. 15-16) elucida que:

“Em nenhum período da cultura humana os homens compreenderam os mecanismos psíquicos envolvidos na

invenção e na tecnologia. Hoje é a velocidade instantânea da informação elétrica que, pela primeira vez, permite o fácil reconhecimento dos padrões e contornos formais da mudança e do desenvolvimento. O mundo inteiro, passado e presente, revela-se agora a nós mesmos do mesmo modo que percebemos uma planta crescendo graças a um filme enormemente acelerado. Velocidade elétrica é sinônimo de luz e de compreensão das causas”. (JOHNSON, 2001, tradução da autora).

O autor enfatiza a importância de compreender os processos psíquicos relacionados à criação e à tecnologia ao longo da história. Ele destaca que a velocidade instantânea da informação na era contemporânea facilita o reconhecimento dos padrões de mudança e desenvolvimento. Nesse contexto, é crucial repensar os métodos de ensino para integrar atividades que promovam o uso responsável e crítico da tecnologia, preparando as crianças para os desafios e oportunidades do mundo digital.

A integração da Política Nacional de Educação Digital (PNED) na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) destaca a importância do desenvolvimento dessas competências desde a primeira infância, exigindo que os educadores sejam capacitados para incorporar essas ferramentas em sua prática pedagógica. Essa mudança visa capacitar tanto professores quanto alunos para utilizarem as novas tecnologias de maneira eficaz, evitando a obsolescência das escolas.

Araújo (2005) destaca a importância de direcionar o uso da tecnologia na educação com responsabilidade, visando contemplar o desenvolvimento de habilidades cognitivas que instiguem os alunos a refletir e compreender o contato tecnológico. A introdução de tecnologias e mídias digitais na Educação Infantil tem deixado muitos educadores em dúvida, pois frequentemente as discussões sobre tecnologia são lideradas por departamentos de tecnologia e salas de informática.

Isto posto, faz-se necessário um olhar sensível para a formação dos professores na

educação infantil, ainda que haja diversas opções para adaptar suas práticas pedagógicas com o uso da tecnologia, recursos e adaptações são fundamentais para a reconfiguração didática.

Isso inclui o uso de aplicativos educacionais voltados para crianças em idade pré-escolar, jogos online adaptados para promover a aprendizagem, vídeos educativos selecionados para engajar visualmente as crianças, ferramentas de criação digital para estimular a criatividade, plataformas online para disponibilizar materiais e interagir com alunos e famílias, realidade aumentada e virtual para explorar conceitos de forma imersiva, além da criação de blogs ou murais digitais para promover a colaboração.

Essas adaptações enriquecem o ambiente de aprendizagem e prepararam as crianças para o mundo digital. Belloni (1999) destaca a responsabilidade do professor em buscar novos recursos tecnológicos e utilizá-los como ferramentas pedagógicas. Por outro lado, Barbosa (2014) ressalta a importância de as escolas estarem atualizadas e preparadas para trabalhar com os alunos no contexto em que vivem, enfatizando também a necessidade de investimento governamental para adquirir os recursos necessários nesse processo.

Nas escolas, os recursos digitais disponíveis para os educadores atualmente incluem uma variedade de ferramentas, como vídeos, aparelhos de DVD, computadores, filmadoras, câmeras fotográficas digitais, internet, gravadores, projetores de slides, datashow, impressoras, TVs, entre outros. Esses recursos podem ser o pontapé inicial para atingir as metas educacionais estabelecidas no currículo, especialmente na era digital.

Essa diversidade de instrumentos desafia os processos lineares com os quais os professores estão familiarizados, pois proporcionam novas oportunidades de interação e pontos de contato com os alunos. A inserção dessas tecnologias digitais no ambiente educacional e a formação contínua dos professores amplia as possibilidades de ensino e

aprendizagem, promovendo uma abordagem mais dinâmica e interativa no processo educativo.

Arantes e Toquetão (2020) sinalizam a importância de repensar o uso das tecnologias digitais na educação infantil, compreendendo como elas se integram ao ambiente de aprendizagem. Eles salientam que incorporar as ferramentas que a tecnologia oferece ao processo educacional desde a tenra idade é de grande utilidade, mas também alertam para a importância do equilíbrio entre a interação digital e as experiências físicas.

Para incorporar efetivamente essas tecnologias ao ambiente escolar, os professores precisam entender as linguagens digitais dos alunos e integrá-las de maneira criativa e contextualizada. Isso não significa abandonar práticas produtivas existentes, mas sim adicionar o novo a elas. É fundamental que tanto professores quanto alunos desenvolvam habilidades de letramento digital para utilizar a tecnologia de forma crítica e criativa, atribuindo-lhe significados e funções mais amplas do que apenas seu uso técnico.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA PNED NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Educação Digital, nessa perspectiva, está ligada, mais do que ao simples acesso às tecnologias de informação e comunicação (TDICs) e/ou aos hardwares (notebooks, PCs, tablets, smartphones) com acesso à Internet, o que denominamos inclusão digital. Educação Digital está relacionada ao uso que se faz das diversas tecnologias, dos instrumentos, ferramentas, incluindo a própria Internet, para o exercício da cidadania e para a formação integral do ser humano. Educação Digital trata, portanto, da inclusão digital e do uso ético, estético, multimodal das tecnologias para a aprendizagem. (SANTOS, 2020, p.125).

A implementação da Política Nacional de Educação Digital (PNED) na educação infantil apresenta desafios e oportunidades específicas. Lidar com a acessibilidade para garantir igualdade de acesso às tecnologias digitais é crucial, assim como investir na formação dos

professores para o uso eficaz dessas ferramentas.

A seleção e adaptação de conteúdos digitais também são desafios importantes para garantir sua adequação às necessidades e habilidades das crianças em idade pré-escolar. Há um desafio significativo e uma necessidade urgente de superar as barreiras que impedem a integração da tecnologia na Educação Infantil, conforme indicado pelos autores:

[...] a falta de equipamentos tecnológicos, assim como a falta de formação continuada para os professores, que acabam limitando o uso das tecnologias no contexto de Educação Infantil, uma vez que os docentes ainda apresentam resistência e dúvidas acerca de como elas podem contribuir na (trans)formação do ato de ensinar e aprender. Dessa forma, ficou visível que não basta ter à disposição os aparatos tecnológicos, é importante saber como utilizá-los no contexto educacional, para, assim, favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento da criança. Para tanto, também é preciso que os profissionais deem um passo em favor das mudanças ocorridas com as tecnologias digitais, buscando inseri-las não apenas como recursos técnicos, mas como aliados da transformação do ato de ensinar e aprender (SANTOS et al., 2021, p. 13).

Os professores enfrentam desafios e dúvidas ao integrar tecnologias na educação, pois é fundamental saber usá-las para promover a aprendizagem das crianças. A implementação da PNED na educação infantil oferece oportunidades para uma aprendizagem personalizada e criativa, através do uso de jogos, vídeos, leitura online e produção de conteúdo digital. Além disso, as tecnologias envolvem as famílias no processo educacional e preparam as crianças para o mundo digital, desenvolvendo habilidades essenciais para o século XXI.

Para promover essa mudança, é necessário capacitar os professores e adotar estratégias pedagógicas que integrem as tecnologias de forma lúdica e colaborativa, transformando o ambiente de aprendizado na sala de aula. O CIEB (Centro de Inovação para a Educação Brasileira) desenvolveu o Currículo de Referência em Tecnologia e Computação em

2018, visando facilitar a integração das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nos currículos escolares.

Este currículo, disponibilizado gratuitamente, tem como objetivo facilitar essa implementação com aplicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e auxílio complementar para gestores e professores, beneficiando todas as etapas da educação, desde a educação infantil até o ensino médio. Dividido em dois documentos, oferece orientações para incorporar os temas de tecnologia e computação, com foco na resolução de problemas.

No contexto da Educação Infantil, o currículo apresenta eixos que orientam a prática pedagógica. O eixo "Cultura Digital" enfoca o letramento digital e suas habilidades, incluindo a compreensão de interfaces e a interação com dispositivos eletrônicos, como assistir a vídeos ou usar o mouse. Em "Cidadania Digital", os alunos exploram a diferença entre os mundos físico e digital, com atividades em ambos os contextos. No eixo "Tecnologia e Sociedade", reconhecem-se objetos com e sem fonte de energia, avaliando seus comportamentos. "Representação de Dados" e "Comunicação e Redes" envolvem a compreensão da internet e códigos em objetos. Por fim, em "Algoritmos", "Abstração" e "Reconhecimento de Padrões", os alunos aprendem a seguir instruções, distinguir informações relevantes e identificar padrões em conjuntos (CIEB, 2018, p. 27-30).

Além de listar as habilidades que os alunos devem desenvolver, o currículo fornece metodologias educativas como guia para os professores em sala de aula. Baseado na BNCC e em referências internacionais. Esses eixos fornecem uma estrutura abrangente para o desenvolvimento de competências digitais, sociais e cognitivas nas crianças em idade pré-escolar, preparando-as para uma participação eficaz na sociedade digital contemporânea.

Revisões periódicas garantem atualizações, acompanhando o avanço das tecnologias, sendo assim cada escola deve planejar sua própria jornada de formação

continua para a transformação digital, considerando suas necessidades e prioridades, e implementar mudanças de forma gradual e adequada.

CONCLUSÃO

A implementação da Lei nº 14.533/2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED), na educação infantil apresenta desafios e oportunidades significativas. Enquanto a capacitação dos professores e a adaptação de conteúdos digitais são questões prementes, a integração da PNED pode abrir caminho para uma abordagem mais inclusiva e personalizada no uso das tecnologias na educação.

O desafio reside na necessidade de capacitar os educadores para utilizarem efetivamente as ferramentas digitais, além de adaptar os conteúdos para atender às necessidades específicas das crianças em idade pré-escolar. No entanto, a implementação da PNED oferece oportunidades para uma aprendizagem mais envolvente e interativa, que pode ser adaptada ao ritmo e estilo de aprendizagem de cada criança.

Para garantir que a Educação Infantil não seja deixada para trás nesse processo de transformação, é crucial um compromisso contínuo com a formação e orientação dos profissionais da educação. Isso implica em uma estratégia progressiva e personalizada, alinhada com as demandas individuais das instituições de ensino, visando a efetivação de uma educação mais inclusiva, inovadora e relevante para o mundo contemporâneo.⁹

REFERÊNCIAS

ARANTES, P. B.; TOQUETÃO, S. C. Multiletramentos na infância: como ficam as crianças no isolamento provocado pela pandemia covid-19? In: LIBERALI et al. (Org.). **Educação em tempos de pandemia: brincando com um mundo possível**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 217-226.

ARAÚJO, Rosana Sarita de. Contribuições de metodologias Webquest no processo de letramento dos alunos nas séries iniciais no ensino fundamental. In: MERCADO, Luís Paulo Leopoldo (org). **Vivências com s aprendizagem na internet**. Macia: edufal ,2005.

BARBOSA, Gilvana Costa. et al. **Tecnologias digitais: possibilidades e desafios na Educação Infantil**. ESUD 2014 – XI Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância, Florianópolis/SC, UNIREDE, 05 – 08 de agosto de 2014. Disponível em: <https://esud2014.nute.ufsc.br/anais-esud2014/files/pdf/128152.pdf>. Acesso em 25/02/2024.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 2.ed. São Paulo: Editora Autores Associados, 1999. (p.53-77).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB. 9394/1996. Disponível em: L9394 (planalto.gov.br). Acesso em 23/02/2024

BRASIL. **Lei nº 14.533/23**: Institui a Política Nacional de Educação Digital. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm. Acesso em: 23/02/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Portal do MEC - Brasília, 2017

BUCKINGHAM, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. Tradução de Gilka Girardello e Isabel Orofino. São Paulo: Loyola, 2007

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Currículo de Tecnologia e Inovação**. Educação Infantil. 2016. Disponível em: <https://curriculo.cieb.net.br/curriculo>. Acesso em 08/03/2024.

COTONHOTO, Larissy Alves;ROSSETTI, Claudia Broetto. Prática de jogos eletrônicos por crianças pequenas: o que dizem as pesquisas recentes?. **Rev.psicoped.**, São Paulo, v33. N.102, p.347, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v33n102/12.pdf>. Acesso em 01/03/2024.

FERRARI, A. **Digital competence in practice: an analysis of Frameworks**. Sevilla: JRC IPTS, 2012. Disponível em: <https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC68116>. Acesso em 23/02/2024.

GÓMEZ, A. I. Perez.. **Educação na Era Digital: a escola educativa**. Tradução Marisa Guedes. Porto Alegre: Penso, 2015. 192 p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/wK7fLMp3B3rgbQGsRHQZDFQ/>. Acesso em 21/02/2024.

JOHNSON, T.; Wisniewski, M. A.; Kuhlemeyer, G.; Isaacs, G. & Krzykowski, J. **Technology adoption in higher Education: overcoming anxiety Through faculty bootcamp**.Journal of Asynchronous Learning Networks,16 (2), 63-72.2012. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ971045.pdf>. Traduzido por: Google. e autora. Acesso em 07/03/2024.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papyrus, 2008.

LÉVY, P. (1998). **A inteligência coletiva por uma antropologia do ciberespaço** (L. P. Rouanet, Trad.). São Paulo: Loyola. (Trabalho original publicado em 1997)

PRENSKY, M.: Digital Natives Digital Immigrants. In: PRENSKY, Marc. On the Horizon. **NCB University Press**, Vol. 9 No. 5, October. Traduzido por Google e autora. 2001. Disponível em: <https://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>. Acesso em 03/03/2024

SANTOS, E. N. J. **Educação digital em tempos de crise. Educação em tempos de pandemia: brincando com um mundo possível**. / Organizadores: Fernanda Coelho Liberali, Valdite Pereira Fuga, Ulysses Camargo Corrêa Diegues e Márcia Pereira de Carvalho. Pontes Editores. 2020. p.125-137.

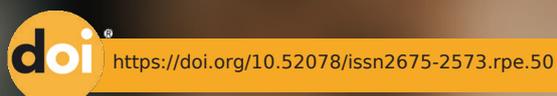
SANTOS, D. M.; BARBIERI, J. A. B.; SANTOS, C. J.; VALDICK, A. Um Mapeamento Sistemático Sobre O Uso De Tecnologias Digitais Na Educação Infantil. **Research, Society and Development**, 2021. ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i11.19421>. Acesso em 07/02/2024.

SILVA, Priscilla Ferreira da. **A Educação Infantil na era da tecnologia: uma abordagem sobre o uso exacerbado nos anos iniciais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional). Centro Universitário CESMAC, Maceió/AL, 2019. Disponível em: <https://www.cesmac.edu.br/admin/wp-content/uploads/2019>. Acesso em 04/03/2023.

SOUZA, M. A. T. de. **Novas tecnologias: novos rumos para a educação**, 2007. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_23_1359060122.pdf. Acesso em: 27/02/2024.

SOUZA, Sarah Monik Santos. **A tecnologia na Educação Infantil**. Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, pp. 1581-1591, maio, 2019.

VEEN, Win e VRAKKING, Ben. **Homo Zappiens: educando na era digital**. Tradução Vinícius Figueiredo. Porto Alegre: Artmed, 2009.



ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Adriana Pereira Santos da Silva
Amanda Campos Martins Miranda
Anderson da Silva Brito
André Alves de Albuquerque
Andressa Talita de Lara
Angelita Aparecida Ferreira Gebin
Beatriz Faria de Castro
Cibele Vieira dos Santos Alves
Daniel Leopoldo Moreira Barbosa
Daniela Proença Verly da Silva
Dinah Luísa da Silva
Eriene Gomes da Silva
Ester de Paula Oliveira
Iolanda Aparecida dos Santos
Letícia Zuza de Lima Cabral
Luciana Pereira dos Santos Martins
Lucimara dos Santos de Barros
Marcela Rodrigues Pimentel
Maria Aparecida Armandilha Nunes
Marilena Wackler
Mirella de Souza Cruz
Nilma Aparecida Gonçalves Bernardes
Rosinalva de Souza Lemes
Sidneia Viana
Vilma Cavalcante Sabino da Silva



Produzida com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

